

Jonas Pereira



Orçamento é aprovado com mais R\$ 2,2 bi para saúde

Para que a votação pudesse ocorrer ainda ontem à noite, governo concordou em fazer várias mudanças exigidas pelo PSDB e o DEM na proposta apresentada pelo relator-geral. Um terço do total fica reservado para refinanciamento da dívida pública

O governo precisou ceder a várias exigências da oposição para ver aprovado, por volta das 23h30 de ontem, o Orçamento da União para 2010, que estima as receitas do governo em R\$ 1,856 trilhão. As mudanças de última hora – o prazo para votação terminava à meia-noite – incluem aumento das verbas para a saúde (mais R\$ 2,2 bilhões), redução do percentual de remanejamento do valor das obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), de 30% para 25%, e conversão das emendas de relator em emendas de bancada, proporcionalmente para cada estado. O salário mínimo a partir de 1º de janeiro será de R\$ 510. **2**

Por falta de acordo, Lei Orçamentária acabou sendo enviada diretamente à análise do Plenário do Congresso

Virgílio diz que país sob Lula cresceu menos que o mundo

Arthur Virgílio apresentou comparação entre crescimento do PIB no Brasil e no mundo para afirmar que o resultado dos dois mandatos de Fernando Henrique foi superior ao do primeiro mandato de Lula. **3**

Somente acesso à educação garante cidadania, afirma Marco Maciel

Ampliação e boa gestão dos recursos para a área, além de monitoração e avaliação das políticas implementadas, são defendidas por Marco Maciel, que considera a educação como questão central do país. **4**



Marco Maciel preside última sessão do ano, ao lado de Serys Slhessarenko, Sadi Cassol, João Pedro e Antonio Carlos Júnior

Cristovam deseja “sete tipos de paz” e prega o voto consciente

Um texto de dois mil anos inspirou Cristovam Buarque, que recomendou aos brasileiros bom uso do voto nas eleições de 2010. Cristovam desejou a todos os sete tipos de paz

detalhados nos escritos do povo Aymara: a paz com os deuses, com a terra, com a família, com o vizinho, com o passado, com o futuro e uma paz para dentro de cada um. **3**

Senado retoma trabalhos dia 2 de fevereiro e projeta reforma da estrutura

O Senado encerrou ontem o ano legislativo com uma sessão plenária marcada pela leitura do projeto de reforma administrativa da Casa, que assim inicia sua tramitação formal. A proposta pode representar uma redução de 40% na estrutura da instituição e substancial economia de recursos. O reinício dos trabalhos do Congresso ocorrerá no dia 2 de fevereiro. A pauta de votações do Senado já iniciará o ano trancada pela presença de três medidas provisórias. **3**

Waldemir Barreto

Verbas para a saúde e menor percentual para governo remanejar valores de obras do PAC foram algumas das condições para votação da proposta

Aprovado Orçamento de R\$ 1,86 trilhão em 2010

O PLENÁRIO DO Congresso Nacional aprovou, às 23h35 de ontem, o projeto da Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2010. Por volta das 22h30, a matéria foi encaminhada diretamente à Mesa do Congresso pelo presidente da Comissão Mista de Orçamento (CMO), senador Almeida Lima (PMDB-SE), devido à falta de tempo para se examinar a proposta no colegiado.

O valor total ficou em R\$ 1,86 trilhão. Descontados os recursos para rolagem da dívida pública (R\$ 596,2 bilhões) e investimentos das empresas estatais (R\$ 94,4 bilhões), o Orçamento efetivo atinge R\$ 1,26 trilhão.

Para permitir a votação, o governo teve de ceder a várias reivindicações da oposição, entre as quais, um aumento de recursos para a saúde da ordem

de R\$ 2,2 bilhões e a destinação de R\$ 1,7 bilhão à política de garantia de preços mínimos.

No momento da votação da proposta, uma ameaça do PSDB e do DEM de pedir verificação de quórum – o que derrubaria a sessão e adiaria a decisão para 2010 – forçou o governo a reduzir de 30% para 25% o percentual que o governo poderá remanejar do valor de cada obra do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

– Impedimos que o governo possa usar R\$ 9 bilhões, a seu bel-prazer, num ano eleitoral – comemorou o deputado Ronaldo Caiado (DEM-GO), ao final da aprovação, que se deu a 25 minutos do prazo fatal para aprovação do Orçamento ainda este ano.

A interpretação foi minimizada pelo deputado governista Gilmar Machado (PT-MG), que rejeitou a ideia:

– As obras do PAC são obras para o país e não para o governo.

O relator-geral da proposta, deputado Geraldo Magela (PT-DF), teve de se comprometer ainda a transformar todas as 2 mil emendas de investimento, introduzidas por ele mesmo, em emendas de bancada, transfe-



Acordo que permitiu aprovação foi fechado a menos de meia hora do prazo final

rindo os recursos de forma proporcional ao atendimento feito inicialmente para os estados. As áreas da saúde, Lei Kandir, agricultura e educação foram excluídas dessa redistribuição.

Essa outra concessão também foi bastante valorizada por Ronaldo Caiado. Ele chamou a atenção para o fato de que as emendas de investimento apresentadas pelo relator davam espaço para que o governo não especificasse em que projetos o dinheiro seria usado. Com o retorno das emendas de bancada, os parlamentares terão maior controle sobre a aplicação dos recursos.

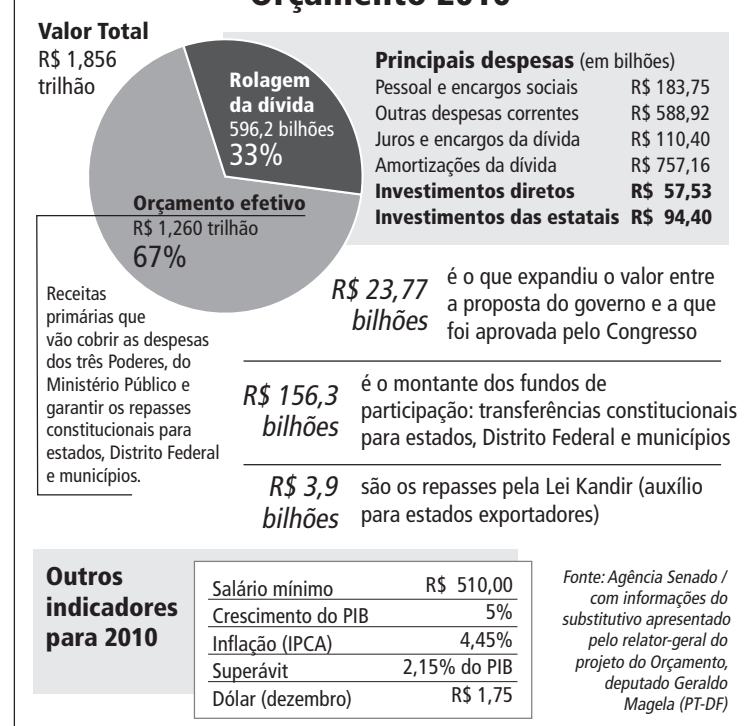
Uma das prioridades do texto final, segundo Geraldo Magela, foi a não realização de cortes

nas programações de obras e serviços incluídos no PAC, considerado por ele como “um dos principais motores do crescimento econômico para 2010.

O relator ressaltou ainda a prioridade dada aos investimentos em programas sociais, como o Bolsa Família, responsável, segundo ele, pela inclusão social de dezenas de milhões de brasileiros nos últimos anos.

Já o salário mínimo poderá ser elevado dos atuais R\$ 465 para R\$ 510 em 2010. Foram reservados ainda R\$ 3,5 bilhões para garantir aumentos reais nas aposentadorias superiores a um salário mínimo e R\$ 3,9 bilhões para compensar as perdas de estados exportadores em decorrência da Lei Kandir.

Orçamento 2010



Congresso aprova R\$ 10,6 bi em créditos suplementares para ministérios e estatais

O Congresso Nacional aprovou ontem 27 projetos de créditos suplementares ao Orçamento de 2009 no valor de R\$ 10,6 bilhões para vários órgãos do governo federal. Todos os projetos seguiram à sanção.

O maior valor individual aprovado (PLN 9/09) foi de R\$ 4,9 bilhões para combater os efeitos da crise financeira global. Outros 18 projetos não foram apreciados por falta de acordo e um foi rejeitado: uma alteração (PLN 15/09) na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).

Saúde

O Ministério da Saúde receberá R\$ 69,6 milhões para a construção da nova sede do Instituto Nacional de Traumatologia e Ortopedia e para a integração das instalações do Inca, além de R\$ 10 milhões para hospitais universitários.

Justiça

Ao Ministério da Justiça, fo-

ram destinados R\$ 106,9 milhões para guarda de bens apreendidos, construção de centro de capacitação da Polícia Federal, pagamento de indenização à União Nacional dos Estudantes (UNE) e instalação da Polícia Rodoviária Federal em Porto Alegre.

Educação

Parte do R\$ 1,5 bilhão do Ministério da Educação será destinada à Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) para pesquisa e desenvolvimento (R\$ 350 milhões). Em conjunto com os ministérios da Cultura e do Esporte, o da Educação receberá R\$ 1,2 bilhão para as duas fases do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) em 2010.

Combate à fome

Já os ministérios da Previdência Social e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome recebem R\$ 20,3 milhões para o INSS no Maranhão e na Paraíba

e a estruturação da rede de serviços de proteção em Conchal (SP). Outro crédito, de R\$ 98,6 milhões, irá para o serviço de processamento de dados.

Estatais

Outro R\$ 1,1 bilhão irá para as empresas estatais Companhia Docas do Estado de São Paulo, a Companhia Docas do Pará, o Banco do Nordeste do Brasil, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, Eletrosul, Eletroacre, Infraero, Centrais de Abastecimento de Minas Gerais, Companhia de Armazéns e Silos de Minas Gerais, Banco do Nordeste do Brasil, Eletronuclear, Eletrobrás, Eletronorte, Furnas, Companhia Energética de Alagoas, Companhia Energética do Piauí, Centrais Elétricas de Rondonia, BV Energia, Amazonas Distribuidora de Energia e Dataprev.

Outros

Para a ferrovia Oeste-Leste,

entre Caitité e Barreiras, na Bahia, o Ministério do Transportes receberá R\$ 277,2 milhões.

Foi também aberto crédito de R\$ 256,2 milhões ao Banco da Amazônia (Basa), Caixa Econômica Federal, Banco Nossa Caixa e BNDES.

Ainda foram liberados R\$ 77 milhões para o Ministério das Relações Exteriores a fim de instalar a chancelaria da embaixada do Brasil em Londres.

O Ministério da Pesca e Aquicultura terá R\$ 31,1 milhões para terminais pesqueiros de Belém e do Rio de Janeiro.

O Ministério da Integração Nacional será beneficiado com R\$ 22 milhões para o abastecimento de água em municípios do Tocantins, pela revitalização de infraestruturas e investimentos em Itabaiana.

O Ministério do Turismo terá R\$ 15,9 milhões para projetos em Palmas e para o Pronaf.

Já o Ministério da Agricultura será beneficiado com R\$ 11,5

milhões para ampliar a sede da Superintendência Regional do Espírito Santo.

Crédito de R\$ 420 milhões vai para o Censo Demográfico de 2010, e outros R\$ 293,2 milhões, para a Câmara dos Deputados, Senado, Justiça Federal, Eleitoral e do Trabalho, Presidência da República, Ministério Público e ao Ministério da Pesca.

A pedido do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, R\$ 100 milhões irão para a Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa).

Foram aprovados ainda R\$ 646,9 milhões ao Superior Tribunal de Justiça, justiça Federal, Eleitoral, do Trabalho, do Distrito Federal e dos territórios, Presidência da República, do Ministério Público e do Ministério das Relações Exteriores.

Pouco antes da votação do Orçamento, foi aprovado crédito de R\$ 445 milhões aos Ministérios da Justiça e da Defesa.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Marconi Perillo
2º Vice-Presidente: Serys Slhessarenko
1º Secretário: Heráclito Fortes
2º Secretário: João Vicente Claudino
3º Secretário: Mão Santa
4º Secretário: Patrícia Saboya
Suplentes de Secretário: César Borges, Adelmir Santana, Cícero Lucena e Gerson Camata

Diretor-Geral: Haroldo Feitosa Tajra
Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por Marco Maciel • Serys Slhessarenko • Valdir Raupp • Cristovam Buarque

SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Fernando Cesar Mesquita
Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327
Chefia de Reportagem: Elina Rodrigues Pozebom e Moisés Oliveira
Edição: Nelson Oliveira e Sílvia Gomide

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, José do Carmo Andrade, Juliana Steck e Rafael Faria
Diagramação: Iracema F. da Silva
Revisão: Eny Junia Carvalho, Fernanda Vidigal, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Pedro Pincer
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino
Arte: Claudio Portella e Diego Jimenez
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Site: www.senado.gov.br/jornal - E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800 61 2211 - Fax: (61) 3303-3137
Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações - SEEP



Sarney acredita que reforma reduzirá 40% da atual estrutura do Senado

Proposta de modernização do Senado começa a tramitar

O projeto que altera o regulamento administrativo do Senado começou a tramitar ontem, ao ser lido no Plenário da Casa. Depois de publicado, o projeto de resolução (PRS 96/09) proposto pela Mesa permanecerá cinco dias úteis aguardando sugestões de emendas. Logo após, vai para a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). As normas atuais datam de 1972 (Resolução 58), com algumas alterações feitas posteriormente.

A atual proposta de reforma administrativa se baseia em estudo da Fundação Getúlio Vargas (FGV), feito a pedido do presidente do Senado, José Sarney, embora também tenha incorporado sugestões dos servidores da Casa. No último dia 17, o 1º secretário da Casa, senador Heráclito Fortes (DEM-PI), acompanhado do diretor-geral, Haroldo Tajra, apresentou o documento em audiência pública na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA).

Se os 661 artigos do projeto forem aprovados nos termos propostos, o Senado passará a

contar com dois órgãos de coordenação e execução superior: a Secretaria-Geral da Mesa e a Secretaria-Geral de Administração. Serão sete os órgãos de suporte à atividade parlamentar: Consultoria Legislativa, Consultoria de Orçamento, Advocacia, Secretaria de Controle Interno, Secretaria de Comunicação Social, Secretaria de Tecnologia da Informação e Secretaria de Recursos Humanos. Hoje são 39 as diretorias superiores da Casa.

Nos níveis inferiores, a proposta reduz o número de subsecretarias de 96 para 31 – que passam a se chamar departamentos. As chefias operacionais passam de 456 para 426.

A diretora de Recursos Humanos do Senado, Doris Marize Peixoto, informou que a redução dos cargos de chefia em todos os níveis trará ao Senado uma economia de 49,7% – os gastos mensais com essas funções hoje somam R\$ 1,046 milhão. A reforma administrativa deverá gerar redução superior a 40% na estrutura do Senado, conforme declarou o presidente José Sarney.

Plenário começará 2010 com pauta trancada por três MPs

Ontem aconteceu a última sessão plenária do ano e o senador Cristovam Buarque (PDT-DF), na presidência da sessão, informou que as atividades legislativas serão reiniciadas em 2 de fevereiro, com a sessão do Congresso Nacional, às 11h, no Plenário da Câmara.

A pauta de votações do ano que vem começará trancada por duas medidas provisórias (MPs 469/09 e 471/09) e um projeto de lei de conversão (PLV 18/09), lidos em Plenário ontem.

A MP 469/09 e o PLV 18/09 tratam da abertura de crédito extraordinário no Orçamento da União de 2009, enquanto que a MP 471/09 amplia o prazo de vigência de incentivos fiscais destinados a fomentar o desenvolvimento regional,

implementando “medidas complementares à política de desenvolvimento produtivo do país, em caráter de relevância e urgência”. A prorrogação é necessária porque os incentivos fiscais concedidos à indústria automobilística expiram em 31 de dezembro.

A MP 469/09 destina R\$ 2,168 bilhões para os ministérios da Saúde e dos Transportes, recursos oriundos da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido das Pessoas Jurídicas. Os recursos – que já foram utilizados – destinaram-se a ações emergenciais de prevenção, preparação e combate à gripe suína. O PLV 18/09 cria uma fonte adicional de recursos para ampliação de limites operacionais da Caixa Econômica Federal.

Senador compara o crescimento do PIB no Brasil e no mundo para mostrar que os dois mandatos do governo Fernando Henrique Cardoso superam o primeiro mandato de Lula

Brasil cresceu menos que o mundo, diz Arthur Virgílio

O LÍDER DO PSDB, senador Arthur Virgílio (AM), apresentou ontem a comparação entre as taxas de crescimento do produto interno bruto (PIB) do Brasil e do mundo durante os dois mandatos de Fernando Henrique Cardoso (1998-2002) e do primeiro mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2006) para dizer que o governo Lula “tinha tudo para ter crescido mais do que o mundo, e cresceu menos”.

Segundo Virgílio, os números mostram que, apesar de toda a vantagem que uma economia internacional aquecida poderia trazer ao país, o governo Lula, “através de sua política econômica que preza os altos juros e o câmbio valorizado, não soube aproveitar a oportunidade que lhe foi dada” e apresentou um dos piores resultados da



“O governo Lula tinha tudo para ter crescido mais do que o mundo, e cresceu menos.”

história.

Virgílio apontou que, apesar de o governo Lula apresentar uma média de crescimento maior, a diferença entre o crescimento nacional e o internacional no governo FHC foi de apenas 1,4%, enquanto durante a primeira gestão de Lula chegou a 2,5%.

– Ou seja, durante o governo

Lula o mundo cresceu quase o dobro do que o Brasil – concluiu.

Também ontem, Arthur Virgílio cobrou mais recursos para que instituições de pesquisa, como o Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia, a Universidade Federal do Amazonas e o Museu Goeldi, possam desenvolver a “investigação científica”.

José Agripino lamenta a não votação de recursos para saúde

Ao fazer um balanço dos trabalhos do Congresso Nacional durante o ano de 2009, José Agripino (DEM-RN) enumerou várias matérias importantes aprovadas pelo Senado, apesar da crise enfrentada pela instituição. Por outro lado, ele citou como o principal momento negativo do Parlamento durante o ano a não regulamentação da Emenda 29, que fixa percentuais mínimos a serem destinados à saúde pela União, por estados e municípios. A matéria está

tramitando na Câmara dos Deputados.

– O Senado viveu uma crise pesada em 2009. Porém, a Casa soube resistir com os valores que nela têm assento – afirmou.

A não aprovação da regulamentação da Emenda 29, na avaliação de Agripino, deve ser creditada, sobretudo, ao governo federal. Ele assinalou que o Palácio do Planalto trabalhou diretamente para evitar que a matéria fosse colocada em votação. Entre as proposições



Governo federal trabalhou para evitar votação da proposta, diz Agripino

aprovadas, o senador destacou a proposta de emenda à Constituição 351/09, que mudou as regras para o pagamento dos precatórios judiciais.

Marisa Serrano salienta papel da oposição

A senadora Marisa Serrano (PSDB-MS) destacou ontem a participação dos opositoristas na aprovação de projetos importantes para a população, como o Minha Casa, Minha Vida.

– Fizemos uma oposição responsável, que sempre defendeu o que era melhor para o país, uma oposição dura, mas leal – declarou, ao fazer um balanço de suas atividades em 2009.

A parlamentar apresentou 26 proposições sobre temas “que afetam o dia a dia” do povo, como segurança, saúde, combate à pedofilia, participação da mulher na política. Além de 22 projetos de lei e de dois



Segundo Marisa, oposição sempre defendeu o melhor para o país

projetos de resolução, foram duas propostas de emendas à Constituição: a que fortalece o papel dos tribunais de contas e

a que cria o Fundo de Desenvolvimento de Fronteiras.

O trabalho no Parlamento do Mercosul também foi realçado pelo debate sobre o comércio entre Brasil e Argentina, o estatuto das cooperativas e o ensino de história da América Latina.

Ela lembrou ainda o trabalho no Conselho de Ética, acionado em virtude da crise que atingiu a Casa no início do ano, e frisou que o ano termina, pelo menos, com “uma proposta de reestruturação”.

– É olhando para trás que vamos construir um futuro mais ético e transparente – concluiu.

Cristovam deseja voto consciente e “sete tipos de paz” para os brasileiros em 2010



Para senador, brasileiro precisa fazer bom uso do voto ano que vem

Em seu último discurso do ano, Cristovam Buarque (PDT-DF) recomendou aos brasileiros que façam bom uso do voto nas eleições de 2010, desejando também que cada um obtenha todos os tipos de paz. Ele citou um texto de dois mil anos, do povo Aymara, da Bolívia, que descreve os sete tipos de paz que todo ser humano deve possuir para poder viver.

Segundo o senador, esses indígenas não se contentavam em desejar paz, mas de-

fendiam um conjunto de condições para a existência dessa paz. Assim, o primeiro tipo de paz, por exemplo, deveria ter cunho sobrenatural e originário de cima. Uma paz com Deus, uma paz com as forças do cosmo inteiro.

– Eu desejo a cada brasileiro estes sete tipos diferentes de paz: a paz com os deuses, com a terra, com a família, com o vizinho, com o passado, com o futuro e uma paz para dentro de cada um – disse.

Cristovam Buarque reforçou a necessidade de paz para que, em 2010, os brasileiros possam escolher um novo rumo para o país no momento das eleições.

A quinta modalidade de paz é a que fica à frente de cada um, mas, “paradoxalmente para nós”, observou o senador, “refere-se ao passado”. Para o povo Aymara, essa paz é aquela de quem não tem remorsos pelo que fez no passado e assim pode olhar para frente.



Para José Nery, nova decisão sobre ativista italiano fere a Constituição

José Nery defende libertação de Cesare Battisti

O senador José Nery (PSOL-PA) voltou a defender ontem a libertação de Cesare Battisti e lamentou que o ativista italiano "vá passar mais um Natal na prisão, em Brasília, em razão da inconsequência e da falta de observância da legislação brasileira, especialmente do que diz respeito à Constituição".

Battisti foi condenado à prisão perpétua na Itália por quatro assassinatos ocorridos entre 1977 e 1979, quando era militante de um grupo de extrema esquerda. O Supremo Tribunal Federal (STF) autorizou o pedido de extradição de Battisti, feito pela Itália, mas ressaltou que a decisão final cabia ao presidente da República.

Na quarta-feira passada, o STF retificou o resultado, a partir de uma contestação do governo italiano. A decisão retira do resultado a atribuição antes dada ao presidente da República para dar a última palavra. Para José Nery, a mudança é "anacrônica e inconstitucional".



Senadora cobra investimento em assistência técnica em Mato Grosso

Serys comemora crescimento da agricultura familiar

A senadora Serys Slhessarenko (PT-MT) registrou ontem o crescimento da agricultura familiar em Mato Grosso e defendeu o incremento da assistência técnica ao setor para consolidar a posição do estado entre os líderes na produção e exportação de alimentos.

Serys relatou visita à região sul do estado, em que se surpreendeu, por exemplo, com a produção de uva a partir de tecnologia criada pelos próprios produtores.

– Nossa agricultura precisa de apoio técnico. Mato Grosso é eminentemente produtor de alimentos, de carne bovina, carne suína, de aves, além de soja e grãos. Ninguém pensava que produziríamos uva naquele clima – ressaltou. Segundo Serys, o estado deve diversificar a produção regional para o mercado interno e para exportação.

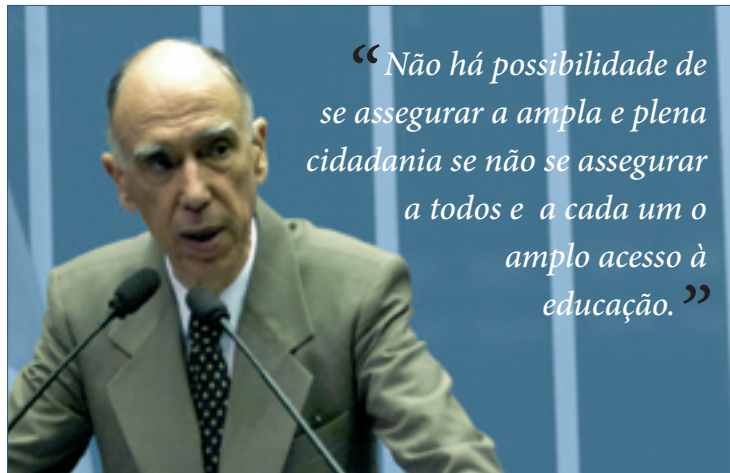
Senador vincula cidadania à garantia de educação e afirma que, além da ampliação e boa gestão dos recursos para a área, é preciso monitorar e avaliar as políticas implementadas

Marco Maciel cobra amplo acesso à educação no país

O SENADOR MARCO Maciel (DEM-PE) manifestou ontem sua preocupação com a educação no Brasil. Com base em dados de diversas pesquisas, ele disse que a educação continua sendo a questão central do país porque afeta diretamente a formação da cidadania.

– Não há possibilidade de se assegurar a ampla e plena cidadania se não se assegurar a todos e a cada um o amplo acesso à educação – afirmou.

Citando artigo escrito por Viviane Senna em que festeja o fim da desvinculação dos recursos destinados à educação e a obrigatoriedade do ensino para a faixa etária de quatro a 17 anos, o senador destacou a observação da articulista de que, na educação, lentidão é retrocesso. Lendo o artigo, Maciel disse que, além da ampliação e da boa gestão dos recursos, é preciso



“Não há possibilidade de se assegurar a ampla e plena cidadania se não se assegurar a todos e a cada um o amplo acesso à educação.”

monitorar e avaliar as políticas implementadas.

Maciel prosseguiu citando dados divulgados pelo programa Todos pela Educação relativos ao 2º Relatório de Olho nas Metas, que identificou um ritmo lento no cumprimento da meta de atendimento escolar na faixa etária de quatro a 17 anos,

apesar de o Brasil ter cumprido a meta estabelecida para 2008. Entre as causas que provocaram o fraco resultado, o senador apresentou um trabalho feito por Rubem Berta e Vera Araújo em que apontam como inimiga número um da educação a violência do tráfico de drogas em torno das escolas.

Romeu Tuma faz balanço dos trabalhos na CPI da Pedofilia

Ao fazer um balanço de final de ano, o senador Romeu Tuma (PTB-SP) disse ontem que a CPI da Pedofilia realizou 61 reuniões ordinárias, 103 depoimentos, 18 diligências em vários estados, além de vários projetos de lei apresentados e aprovados pelo Plenário, destinados à proteção de crianças e adolescentes.

O senador informou que a CPI – que tem como presidente o senador Magno Malta (PR-ES), como relator Demostenes Torres (DEM-GO) e como vice o

próprio Tuma – recebeu muitas queixas de famílias que tiveram casos de abuso de crianças e adolescentes, por encontrarem antes dificuldade no encaminhamento das ocorrências e até por vergonha.

– Hoje, há uma porta aberta para vozes que podem ser ouvidas – afirmou.

Tuma também fez um apelo aos promotores da Bahia para que não aceitem a alegação de insanidade feita pelo ex-ajudante de pedreiro Roberto Carlos



Vergonha levou famílias que tiveram casos de abuso a buscar CPI, diz Tuma

Magalhães, que, com a suposta cumplicidade de duas mulheres, introduziu dezenas de agulhas no corpo do seu enteado, com apenas dois anos de idade.

Projeto de Sadi Cassol normatiza recolhimento do ISS por cartões

Sadi Cassol (PT-TO) defendeu a aprovação de projeto de sua autoria que prevê o recolhimento do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS) incidente nas operações com cartão de crédito ou débito no próprio município onde se der a transação financeira.

O senador disse que não se justifica o recolhimento do imposto no local onde estiver instalada a sede ou escritório que representa a operadora do cartão.

Ele lembrou que a Constituição também prevê que essas empresas são obrigadas a recolher o ISS nos municípios, "coisa que não está acontecendo". Cassol ressaltou que o projeto pretende normatizar o recolhimento do ISS e que não está propondo nenhum imposto novo.

O parlamentar também anunciou que vai apresentar um projeto para obrigar os traficantes de drogas que estejam presos a pagarem pelo tempo da estadia



Cassol: empresas de cartões não estão recolhendo imposto onde operam

na prisão. Ele lembrou que a Constituição autoriza o confisco de aeronaves, automóveis e outros bens usados no tráfico.

João Tenório celebra 2009 como ano "excepcional" para Brasil

Ao comemorar o "excepcional" desempenho da economia brasileira ao longo de ano de 2009, o senador João Tenório (PSDB-AL) lembrou em discurso que grande parte das nações do mundo ainda se recupera de uma crise econômica de proporções históricas.

– O Brasil viveu um ano excepcional. Em um momento de crise, alcançou muitas graças. Não poderia deixar de apontar

aqui os acertos desse governo em alguns aspectos – disse.

João Tenório ressaltou ainda a importância de se investir na educação, como premissa para o desenvolvimento e crescimento do país.

– É por aí que vamos chegar lá – disse.

O senador também fez menção à crise administrativa e política vivida pelo Senado em 2009, afirmando que, "depois de um



João Tenório aponta os acertos do governo "em alguns aspectos"

ano de constrangimentos, dentro do possível foram cumpridas as finalidades desta Casa".



Marechal Thaumaturgo de Azevedo foi lembrado em discurso do senador

Mesquita Júnior homenageia pioneiro do Acre

Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) homenageou ontem o marechal Gregório Thaumaturgo de Azevedo, que foi governador do Piauí e do Amazonas e participou da formação histórica do Acre, tendo sido o primeiro prefeito do Departamento do Alto Purus (AC) e fundador de sua capital, a atual Cruzeiro do Sul.

O centenário de nascimento foi comemorado em 17 de novembro de 1953. Naquela data, lembrou o senador, as oficinas gráficas do então Ministério da Guerra editaram uma plaqueta comemorativa com depoimentos do escritor Hannibal Porto e do seu colega de armas, o marechal Cândido Rondon, que traçou a biografia do marechal, político e engenheiro.

Mesquita Júnior ressaltou ainda que os 22 municípios do Acre perpetuam os nomes de diversos vultos históricos, como Rio Branco (capital), Sena Madureira, Feijó, Assis Brasil, Plácido de Castro etc.



Data oficial de criação do estado foi modificada este ano, informa Raupp

Raupp declara amor por Rondônia no 28º aniversário

O aniversário de Rondônia sempre foi comemorado no dia 4 de janeiro – data em que, no ano de 1982, ocorreu a sua instalação como estado. Porém, a Lei Complementar 41, que transformou Rondônia de território em estado, foi aprovada no dia 22 de dezembro de 1981.

Um decreto publicado pelo governo do estado de Rondônia no dia 3 de dezembro último corrigiu a data de criação e, por isso, o senador Valdir Raupp (PMDB-RO) lembrou ontem, da tribuna, o 28º aniversário de Rondônia.

– Rondônia é uma das minhas grandes paixões. Esse estado que tive a honra de governar entre 1995 e 1999 é uma terra de bravos, porque foram os bravos do passado [os bandeirantes em busca do ouro] que ousaram trilhar os caminhos que levaram ao seu descobrimento.